



ENVOLVENTE EMPRESARIAL

ANÁLISE DE CONJUNTURA

2º TRIMESTRE 2023
EDIÇÃO ELETRÓNICA



Análise elaborada com dados e destaques de enquadramento até meados de abril.

Índice de Assuntos

FICHA TÉCNICA

Propriedade

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

Diretor

João Costa Pinto

Edição

CIP - Departamento de
Assuntos Económicos

Coordenação

Pedro Capucho

Redação

Cristiano Cunha
Lurdes Fonseca
Paulo Caldas

Sede do Editor e da Redação

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

NIF

500 835 934

Design Gráfico

Mariana Barros

Periodicidade

Trimestral

ISSN

2183-198X

Registo na ERC

117830

É autorizada a
reprodução dos
trabalhos publicados,
desde que citada a
fonte e informada
a direção da revista.

Estatuto Editorial

Disponível [online](#).

EDITORIAL	4
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1 Enquadramento internacional	6
1.2 Enquadramento nacional	8
2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL	10
2.1 PIB e outros indicadores de atividade	10
2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais	13
2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas	16
3. INTERNACIONALIZAÇÃO	17
3.1 Comércio internacional	17
3.1.1 Comércio internacional de bens	17
3.1.2 Comércio internacional de serviços	22
3.1.3 Balança de bens e serviços	23
4. FINANCIAMENTO	24
4.1 Taxas de juro	24
4.2 Crédito	26
5. MERCADO DE TRABALHO	28
6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS	31
7. CUSTOS DA ENERGIA	32
7.1 Eletricidade	32
7.2 Gás natural	33
7.3 Combustíveis	34
8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS	35
8.1 Inflação e câmbios	35
8.2 Competitividade pelos custos laborais	36
9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA	37
9.1 Equilíbrio externo	37
9.2 Contas públicas	38

EDITORIAL

Como podemos ler nesta edição da Envolvente Empresarial – Análise de Conjuntura, o crescimento em cadeia do PIB no primeiro trimestre surpreendeu pela positiva, aumentando para 1,6%, o que permitiu que a desaceleração em termos homólogos (de 3,2% para 2,5%) tenha sido menos acentuada do que o antecipado.

Estes resultados levaram à revisão em alta das projeções para o crescimento da economia em 2023, para taxas entre 2,4% e 2,7%, o que significa que, pelo terceiro ano consecutivo, Portugal irá convergir, em termos reais, com a média da União Europeia.

Estas perspetivas têm alimentado uma visão otimista sobre o rumo da economia portuguesa, que se reflete não só no discurso político do Governo, mas na apreciação que foi feita pelo Banco de Portugal, segundo o qual, como podemos ler nestas páginas, “o aumento das qualificações da população, a estabilidade financeira (...) e a alteração do tecido empresarial resultam numa economia capaz de acompanhar a procura internacional e de gerar riqueza e procura interna sustentáveis”.

Na minha opinião, justifica-se que esta visão seja temperada com uma análise mais profunda da realidade conjuntural e estrutural da economia portuguesa e dos riscos que decorrem de um enquadramento externo particularmente incerto e, em muitos dos seus vetores, claramente adverso.

Em primeiro lugar, convém precisar que as revisões em alta das projeções para 2023 decorrem unicamente dos referidos resultados do primeiro trimestre. De facto, quer a Comissão Europeia, quer o Banco de Portugal, reviram em baixa as taxas de crescimento em cadeia para o segundo, terceiro e quarto trimestres. A manterem-se as previsões anteriores, o crescimento no cômputo de 2023 seria de 2,6% e 3,0%, respetivamente (e não 2,4% e 2,7%).

Em segundo lugar, o crescimento no primeiro trimestre deveu-se inteiramente à aceleração das exportações e ao abrandamento das importações. Verifica-se, no entanto, que as exportações de bens, que, de facto, aceleraram no primeiro trimestre, registaram reduções homólogas nominais expressivas em abril e maio. Este comportamento indicia, assim, que o bom desempenho no primeiro trimestre teve uma natureza meramente pontual. Resta o impacto das exportações de serviços, sob um forte crescimento das receitas do turismo, o que, sendo sem dúvida positivo, reflete uma perigosa e pouco saudável dependência do crescimento económico de um único setor de atividade.

Verifica-se, também, que o VAB da indústria caiu no primeiro trimestre e a evolução do Índice de Produção Industrial em abril e maio aponta para um agravamento dessa queda.

Chamo ainda a atenção para os desenvolvimentos patentes no Employment Outlook da OCDE, sintetizados nestas páginas: entre o final de 2019 e o primeiro trimestre de 2023, o aumento dos



custos do trabalho por unidade produzida, em Portugal, foi mais do dobro do registado pelos lucros por unidade produzida. Na grande maioria dos países da OCDE, pelo contrário, os lucros unitários cresceram mais do que os custos do trabalho unitários. Portugal foi uma das cinco exceções. Tais desenvolvimentos prenunciam um enquadramento desfavorável à competitividade dos setores expostos à concorrência externa e com maiores ganhos potenciais de produtividade, ou seja, aqueles que poderiam impulsionar a economia para um crescimento mais sólido e mais sustentado.

Quanto aos riscos, para além dos que estão associados à guerra na Ucrânia e às tensões geopolíticas globais, bem como à evolução da conjuntura nos nossos principais mercados de exportação (nomeadamente na Alemanha, atualmente em recessão técnica), destacaria a incerteza sobre o impacto da subida das taxas de juro no consumo, no investimento e nas insolvências (que, de acordo com os números aqui apresentados, estão já a aumentar).

Em suma, os mais recentes desenvolvimentos não serão tão favoráveis como à primeira vista poderia parecer e apelam a uma política pública que se foque mais na promoção do investimento e na libertação da economia dos seus constrangimentos estruturais, favorecendo o aumento da produtividade e uma efetiva alteração do tecido empresarial com um maior peso de atividades económicas de maior valor acrescentado.

João Costa Pinto

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Enquadramento internacional

Durante o 2º trimestre de 2023, a **Reserva Federal** decidiu um novo aumento da **taxa de juro diretora "FED Funds"** (décimo consecutivo; reunião de maio) de **25 pontos base** (para um intervalo de 5% a 5,25%), visando atingir os objetivos de máximo emprego e inflação de 2% no longo prazo. Na reunião seguinte, em junho, a Fed optou por quebrar os aumentos consecutivos que vinha a realizar mantendo a taxa de juro diretora. Deixou, contudo, o alerta que até ao final do ano eram possíveis novos aumentos e que a questão da inflação estava longe de ser solucionada. Estas duas decisões decorrem da diminuição da taxa de inflação nos últimos meses, mas também do risco de novas falências, tal como sucedeu com os bancos regionais americanos Silicon Valley Bank e Signature Bank no 1º trimestre de 2023.

No mesmo período, o **Banco Central Europeu** (BCE) decidiu dois novos aumentos na taxa de juro referência, cada um de 25 pontos base (sétimo e oitavo consecutivo), com a taxa central ("refi") a passar para 4,0% (em 21 de junho), que constitui um máximo desde 2008. Estes aumentos têm em vista a prossecução da estabilidade dos preços na zona euro (meta de inflação de 2% no médio prazo), sendo de assinalar que a taxa de referência do BCE é ainda mais baixa que a taxa de juro diretora da Fed, que começou a atuar mais cedo e com maior intensidade. Assinala-se ainda a atualização das **projeções** macroeconómicas do BCE em junho. As projeções da **inflação** foram revistas ligeiramente em alta para 5,4% em 2023 (face a 5,3% em março de 2023) e 3,0% em 2024 (face a 2,9%). Quanto ao **crescimento económico**, a projeção para 2023 foi revista ligeiramente em baixa para 0,9% (após 1,0% em março) e para 2024 em 3,0% (após 2,9%). O BCE referiu que o emprego robusto e a inflação subjacente acima do esperado contribuíram para o aumento decidido em junho. Além disso, foi dado um alerta para novos aumentos até ao final de 2023 (o primeiro a acontecer já em julho de mais 25 pontos base), contudo tudo depende dos resultados económicos, sobretudo da evolução da inflação subjacente.

O **Banco Central de Inglaterra** fez dois novos aumentos da **taxa de juro referência** em maio e junho, passando de 4,25% em março para 4,5% em maio e 5,0% em junho.

Em junho, a **China** baixou a taxa de juro referência de 3,65% para 3,55%, para estimular a economia.

A taxa de inflação nos **EUA** em junho de 2023 alcançou o valor mais baixo desde março de 2021, 3,0%, já próxima da meta da Fed.

O FMI prevê uma contração na **economia alemã** de 0,3% e uma taxa de **inflação subjacente** acima de 6%.



Neste 2º trimestre de 2023, os principais índices bolsistas recuperaram das quedas registadas no 1º trimestre (com a instabilidade do setor financeiro) e em 2022 (com a invasão da Ucrânia pela Rússia), com as empresas cotadas em bolsa a registarem resultados acima do esperado e as cotações bolsistas a dispararem. O **limite da dívida dos EUA** causou alguma instabilidade durante o 2º trimestre, mas a aprovação do acordo para a sua suspensão até 2024 foi bem recebida pelos mercados financeiros.

A redução do preço dos bens energéticos e o levantamento das restrições pandémicas na China contribuíram para a recuperação da economia mundial.

O Acordo **UE-Mercosul** parecia mais perto de um desfecho, contudo divergências ambientais entre o Brasil e a Europa prometem novo adiamento para este acordo, que vem sendo trabalhado desde 1999.

No dia 17 de julho, a Rússia anunciou a suspensão do **acordo dos cereais do Mar Negro**. Este acordo permitiu, durante perto de um ano, colocar no mercado mais de 30 milhões de toneladas de cereais e produtos agrícolas.

1.2 Enquadramento nacional

No dia 05/05, "a Comissão Europeia (CE) aprovou o [pacote](#) de apoios excecionais à produção agrícola, no valor global de 180 milhões de euros. Estes apoios estavam previstos no âmbito do «Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares».

No dia 17/05, ficaram "disponíveis as duas primeiras [novas linhas de apoio financeiro](#), resultantes da Agenda do Turismo para o Interior. Com uma dotação orçamental total de 35 milhões de euros, as novas linhas destinam-se a entidades que visem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios de baixa densidade, através do Turismo."

No dia 24/05, "o Ministério da Economia e do Mar anunciou uma nova [linha de financiamento](#) no valor global de 50 milhões de euros para apoiar investimentos na área da sustentabilidade. Trata-se de uma linha de financiamento, com garantia mútua e apoio máximo por operação de 500 mil euros, destinada a projetos de investimento na área da sustentabilidade promovidos por empresas do turismo."

No dia 26 de maio, o governo português submeteu à Comissão Europeia o pedido de [atualização do PRR](#), contemplando as seguintes alterações:

- Acréscimo de 2,4 mil milhões de euros em subvenções:
 - o 1,6 mil milhões de euros de subvenções adicionais (decorrentes da atualização do respetivo montante máximo).
 - o 785 milhões de euros, relativo ao REPowerEU (incluindo a transferência da totalidade da Reserva de Ajustamento ao Brexit, no montante de 81 milhões de euros).
- Acréscimo de 3,2 mil milhões de euros de empréstimos adicionais face ao aprovado em 2021, para aumentar a ambição do PRR e fazer face ao agravamento de custos nas medidas já previstas.

Estas alterações representam uma subida de 16,6 mil milhões para 22,2 mil milhões de euros, um aumento de 33%.

Um pouco mais de um terço deste montante adicional irá reforçar a dotação das Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes, de 930 milhões de euros para perto de 2,9 mil milhões de euros. Este reforço permitirá assegurar o financiamento a todas as 53 agendas classificadas com avaliação favorável.

O restante será distribuído por um elevado número de medidas a reforçar e por novas medidas, elevando de 83 para 113 o número total dos investimentos que integram o PRR. Também o número de reformas previstas aumenta de 32 para 43.



No dia 07/06, "O Conselho de Ministros eletrónico aprovou a proposta da empresa de investimento alemã Mutares para a [privatização da Efacec](#)". O Ministro da Economia e do Mar afirmou que esta decisão é "um passo significativo, mas não final" no processo de reprivatização, uma vez que a sua concretização depende do acordo com a União Europeia

No dia 22/06, o FMI publicou o [Fiscal Monitor](#) sobre Portugal ao abrigo do artigo IV.

De acordo com o [Employment Outlook da OCDE](#), divulgado no dia 11/07, entre o final de 2019 e o primeiro trimestre de 2023, os custos do trabalho por unidade do produto aumentaram 19,2% em Portugal, ou seja, mais do dobro do aumento de 8% dos lucros por unidade do produto. Na grande maioria dos países da OCDE, pelo contrário, os lucros unitários cresceram mais do que os custos do trabalho unitários. Portugal foi uma das 5 exceções (entre os 29 países analisados). Portugal foi, entre estes 29 países, o que registou o maior aumento dos custos do trabalho por unidade do produto em termos reais (4,9%). Só em 10 destes 29 países se registaram aumentos dos custos do trabalho por unidade do produto em termos reais.

2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL

2.1 PIB e outros indicadores de atividade

Quadro 2.1.1: PIB e componentes de despesa

	2021	2022	2T 22	3T 22	4T 22	1T 23
PIB						
Tvcr (%)	5,5	6,7	0,2	0,3	0,3	1,6
Tvhr (%)	5,5	6,7	7,4	4,8	3,2	2,5
Componentes de despesa: tvhr, %						
Consumo Final (% do valor do PIB 2022: 81,7%)	4,6	4,9	3,9	3,4	2,5	1,4
Consumo Privado (64,0%), do qual:	4,7	5,8	4,7	4,4	2,8	1,8
Bens alimentares (12,1%)	1,3	-2,3	-2,5	-1,3	-3,0	0,2
Bens duradouros (5,6%)	3,6	11,6	4,5	14,5	7,8	10,6
Bens correntes não alim., serviços (44,5%)	5,9	7,5	6,8	4,9	3,8	1,0
Consumo Público (17,9%)	4,6	1,7	1,0	-0,3	1,4	0,2
FBC (20,7%), da qual:	10,1	3,3	3,9	1,7	1,0	-6,1
FBCF (20,3%)	8,7	3,1	2,1	2,8	2,1	-0,1
Recursos biológicos cultivados (0,2%)	1,6	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5
Outras máq. e eq., sist. Armamento (4,2%)	13,1	5,7	3,5	13,0	2,8	4,1
Eq. de transporte (1,3%)	7,5	9,4	10,0	0,6	10,0	22,2
Construção (11,2%)	5,5	0,9	0,1	-1,0	0,1	-6,5
Produtos de propriedade intelectual (3,4%)	12,9	3,3	2,7	1,1	3,8	1,8
Exportações (50%)	13,4	16,6	25,2	16,3	7,7	10,9
Bens (33,9%)	11,2	8,6	14,4	11,5	4,2	6,3
Serviços (16,1%)	19,6	37,7	56,8	27,8	15,1	20,4
Importações (52,6%)	13,2	11,1	15,2	11,7	5,4	4,9
Bens (44,0%)	12,9	10,0	12,9	11,5	5,3	4,1
Serviços (8,6%)	15,1	17,2	27,8	12,9	6,3	9,5
Contributos para a tvhr do PIB (p.p.)						
Procura Interna	5,8	4,7	4,0	3,2	2,3	0,0
Exportações líquidas	-0,3	2,0	3,3	1,6	0,9	2,6

Fonte: INE, Contas nacionais (SEC 2010). Tvc(h)r = taxa de variação em cadeia (homóloga) real; p.p.=pontos percentuais; FBC(F)=Formação Bruta de Capital (Fixo).

No primeiro trimestre, o crescimento em cadeia do PIB, em termos reais, surpreendeu pela positiva, aumentando para 1,6% o que permitiu que a desaceleração em termos homólogos (de 3,2% para 2,5%) tenha sido menos acentuada do que o antecipado.

Segundo as contas nacionais trimestrais do INE, "a **procura interna** registou um contributo nulo para a variação homóloga do PIB no 1º trimestre, após um contributo de 2,3 pontos percentuais (p.p.) no trimestre anterior. O **consumo privado** desacelerou (para 1,8%) e o **Investimento** diminuiu (6,1%), refletindo principalmente o contributo negativo da Variação de Existências, em grande medida associado à dinâmica dos fluxos do comércio internacional".

O crescimento deveu-se, assim, inteiramente à evolução da procura externa líquida, decorrente da aceleração das **Exportações de Bens e Serviços** (atingindo uma variação homóloga de 10,9%), enquanto as **Importações de Bens e Serviços** abrandaram (para 4,9%). *Em termos nominais, o saldo externo de Bens e Serviços foi positivo no 1º trimestre (1,6% do PIB), o que não se verificava desde o 4º trimestre de 2019, refletindo o efeito conjugado de ganho de termos de troca e o comportamento positivo em volume.*

*Comparando com o 4º trimestre de 2022, o contributo da **procura externa líquida** para a variação em cadeia do PIB foi de 2,5 p.p., após ter sido negativo no trimestre precedente (-0,2 p.p.), enquanto a procura interna passou de um contributo de 0.6 p.p. no 4º trimestre, para um contributo negativo de -0.8 p.p..”*

O **VAB** (sem impostos líquidos de subsídios) em volume cresceu 2,9% no 1º trimestre de 2023 (após 3,8% no 4º trimestre), com variações distintas nos diferentes **ramos**. O ramo “Comércio e reparação automóvel, Alojamento e Restauração” registou a maior evolução homóloga (9,6%). Por outro lado, “Agricultura, Silvicultura e Pesca” (-2,4%), “Construção” (-3,7%) e “Indústria” (-0,4%) evoluíram de forma negativa no último trimestre em análise.

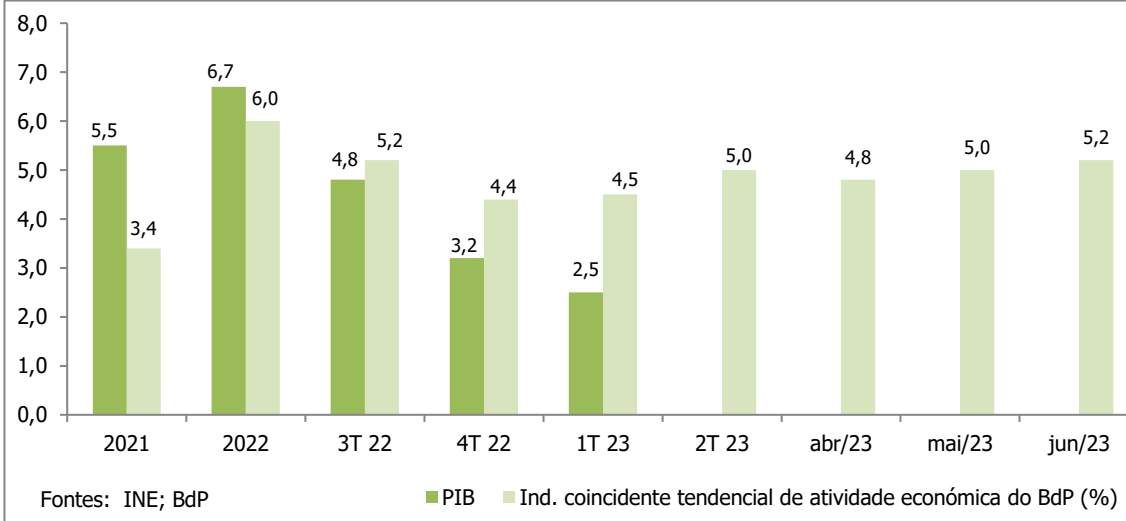
Quadro 2.1.2: VAB por ramos

	2021	2022	2T 22	3T 22	4T 22	1T 23
VAB total e por ramos (tvhr, %)*	4,9	6,1	7,3	4,5	3,8	2,9
Agricultura, Silvicultura e Pesca (peso no VAB 2022: 2,2%)	5,8	-2,9	-3,4	-4,3	-3,3	-2,4
Indústria (14,7%)	6,9	2,7	4,0	1,5	0,5	-0,4
Energia, Águas e Saneamento (2,8%)	2,1	0,8	1,8	0,5	0,4	1,9
Construção (4,6%)	4,6	0,9	-0,2	-0,6	0,4	-3,7
Comércio e rep. aut, Aloj. e Restauração (19,0%)	6,1	16,7	20,9	12,0	9,4	9,6
Transp. e armaz., Inf. e comunicação (9,2%)	8,0	12,1	12,7	12,3	8,2	7,2
Ativ. Financeira, Seguradora e Imobiliária (17,3%)	2,0	1,3	1,5	0,2	1,4	0,1
Outros Serviços (30,3%)	4,3	5,3	5,4	3,6	3,4	2,3

INE, Contas nacionais (base 2016, SEC 2010). Tvhr=taxa de variação homóloga real; VAB=Valor Acrescentado Bruto. *VAB a preços base (sem impostos líquidos de subsídios).

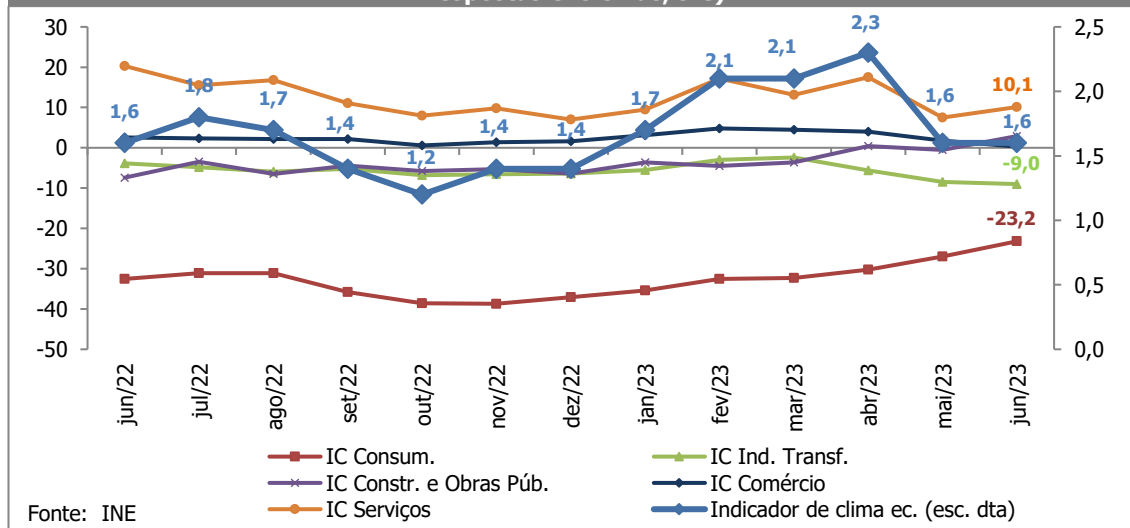
De acordo com dados revistos, o **indicador coincidente do Banco de Portugal** para a **evolução homóloga tendencial da atividade** recuperou no 2º trimestre, sugerindo uma estabilização ou melhoria ligeira da taxa de crescimento do PIB. O indicador análogo do **consumo privado** prosseguiu um movimento semelhante, mas com valores inferiores. O indicador de **FBCF** do INE registou uma quebra homóloga no 1º trimestre de 2023 (tvh de -0,1%, após 1,9% no 4º trimestre de 2022).

Figura 2.1.1: PIB e Indicador Coincidente para a evolução homóloga tendencial de atividade do Banco de Portugal, BdP (tvhr, %)



Os dados mais prospetivos do **indicador de clima do INE** apontam para um abrandamento do dinamismo da atividade económica nos próximos meses. O indicador subiu em abril, mas caiu em seguida em maio e manteve-se em junho, refletindo o recuo dos indicadores de confiança da **Indústria Transformadora**, assim como do **Comércio**, neste segundo trimestre de 2023. Por outro lado, o **indicador de confiança dos Consumidores** manteve a recuperação, registando o sétimo aumento consecutivo.

Figura 2.1.2: Indicador de Clima Económico (tvh) e Indicadores de Confiança, IC (saldo de respostas extremas, sre)



2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais

Projeções para Portugal

Quadro 2.2.1: Projeções económicas para Portugal

	CE Mai-23			FMI Jun-23			BdP Jun-23				OCDE Jun-23		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024
PIB (tvar, %)	6,7	2,4	1,8	6,7	2,6	1,8	6,7	2,7	2,4	2,3	6,7	2,5	1,5
Consumo privado	5,8	0,5	1,5	5,8	1,0	1,2	5,8	1,6	1,7	1,7	5,8	0,6	1,0
Consumo público	1,7	2,7	1,3	1,7	3,0	2,2	1,7	1,5	1,4	0,9	1,7	2,6	1,2
FBCF	3,0	2,9	3,6	3,0	4,3	2,9	3,0	3,1	5,3	5,4	3,1	3,1	4,2
Exportações	16,7	5,4	3,2	16,7	4,4	3,6	16,7	7,8	4,2	4,0	16,6	8,0	2,6
Importações	11,1	3,3	3,6	11,1	2,8	3,3	11,1	4,0	4,2	3,9	11,1	3,5	3,0
Contributos brutos para a tvar do PIB (p.p.)													
Exportações líquidas (do total de importações)	2,0	1,0	-0,2	2,0	0,7	0,1					2,0	2,2	-0,1
Procura Interna	4,6	1,4	1,9	4,7	1,9	1,7	4,5	1,1	2,4	2,3			
Emprego (tva, %)	2,0	0,5	0,6	2,1	0,7	0,6	2,0	0,6	0,6	0,5	2,0	0,5	0,4
Taxa de desemprego (%)	6,0	6,5	6,3	6,0	6,6	6,5	6,0	6,8	6,7	6,7	6,0	7,4	7,5
Inflação (tva do IHPC, %)	8,1	5,1	2,7	8,1	5,6	3,1	8,1	5,2	3,3	2,1	8,1	5,7	3,3
Bal. Corr. e de capital (% PIB)				-0,4	2,0	1,2	-0,4	3,8	3,5	3,8			
Balança corrente (% PIB)	-1,5	1,0	0,8	-1,3	-0,4	-0,4					-1,3	2,9	3,4
Bal. de bens e serviços (% PIB)				-2,1	-1,2	-1,0	-2,1	1,7	1,6	1,8			
Bal. de bens (% PIB)	-11,4	-9,9	-10,1	-11,1	-10,8	-10,8							
Saldo orçamental (% PIB)	-0,4	-0,1	-0,1	-0,4	-0,4	-0,2	-0,4	-0,1	0,2	0,2	-0,4	-0,1	-0,1
Dívida pública bruta (% PIB)	113,9	106,2	103,1	113,9	107,9	103,4	113,9	103,4	97,1	92,5	113,9	106,2	102,9

Fontes: Comissão Europeia, [Spring 2023 Economic Forecast](#); FMI, [FMI - artigo IV](#); OCDE, [OECD Economic Outlook, June 2023](#); Banco de Portugal, BdP, [Boletim Económico - junho de 2023](#). Tva = taxa de variação anual; tvar= taxa de variação anual real; p.p.= pontos percentuais. *Contributo de cada componente expurgada do respetivo conteúdo importado (lógica de valor acrescentado nacional), uma abordagem diferente da tradicional (contributos brutos), em que a procura interna inclui importações e a procura externa líquida deduz as importações às exportações totais.

Em junho, o **Banco de Portugal (BdP)** reviu em alta as **projeções de crescimento económico** para 2,7% em 2023, 2,4% em 2024 e 2,3% em 2025, valores genericamente mais otimistas do que os divulgados pelo FMI no mesmo mês (2,6% e 1,8% em 2023 e 2024, respetivamente).

Se relativamente a 2023 as projeções das diferentes instituições para o crescimento do PIB real são muito próximas (variam entre 2,4% e 2,7%), para 2024 as perspetivas divergem, com o BdP a ser o mais otimista (2,4%) e a OCDE a ser o mais pessimista (1,5%).

Por **componentes de despesa**, o BdP realça que a revisão da procura interna é sustentada com perspetivas de um aumento do rendimento disponível real, aliado a um mercado de trabalho bastante resiliente. Já a procura externa deve desacelerar, mas menos do que o previsto anteriormente, continuando o turismo a ter um peso importante nas dinâmicas comerciais com o exterior.

Relativamente ao **mercado de trabalho**, as projeções do BdP apontam para um aumento de 0,8 p.p. na taxa de desemprego de 2023 face à taxa de desemprego de 2022 (6%). Em 2024, as instituições nacionais e europeias projetam valores do desemprego muito semelhantes a 2023. O emprego continuará a aumentar moderadamente.

Na **balança de bens e serviços**, as visões são bastante diferentes: se, por um lado, o BdP acredita que Portugal terá um saldo positivo em 2023, que se manterá até 2025, por outro lado o FMI não projeta qualquer excedente em 2023 e 2024, apontando para valores de -1,2% e -1,0%, respetivamente.

A **dívida pública** deverá cair consideravelmente em percentagem do PIB, fruto do crescimento económico esperado para os próximos anos.

Abaixo se transcrevem os **principais destaques** do [Comunicado do Boletim Económico de junho do Banco de Portugal](#).

*"A **economia portuguesa** cresce 2,7% em 2023, 2,4% em 2024 e 2,3% em 2025, um desempenho robusto, dando continuidade à convergência com a área do euro, com as exportações a crescerem mais do que a procura externa. A inflação reduz-se de 5,2% este ano, para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, próximo do objetivo do Banco Central Europeu, refletindo a redução das pressões inflacionistas externas e a maior restritividade da política monetária.*

A capacidade de financiamento da economia em 2023-25 deverá retomar valores positivos, 3,7% do PIB, superiores aos observados antes da crise.

O aumento das qualificações da população, a estabilidade financeira (...) e a alteração do tecido empresarial resultam numa economia capaz de acompanhar a procura internacional e de gerar riqueza e procura interna sustentáveis. O mercado de trabalho mantém-se sólido, em resultado do desempenho económico, mas também para ele contribuindo. A absorção de fundos europeus pelo setor privado, ainda limitada, permitirá sustentar o investimento produtivo e mitigar o impacto da subida das taxas de juro.

Identificam-se riscos equilibrados para a atividade. Por um lado, o agravamento das tensões geopolíticas e financeiras globais pode abrandar o crescimento, mas, se o dinamismo do consumo e das exportações de serviços continuar a surpreender em alta, a atividade pode crescer acima do projetado. A inflação pode ser afetada por novos choques sobre os preços das matérias-primas internacionais e uma maior persistência pode resultar da materialização de efeitos indiretos e de segunda ordem sobre os salários e as margens de lucro, ou de políticas pro-cíclicas que sustentem a procura.

*Pela primeira vez, o Boletim Económico inclui projeções orçamentais. O **saldo orçamental** deve situar-se próximo do equilíbrio até 2025, assumindo as medidas de política orçamental já adotadas e anunciadas. O saldo primário deve rondar 2,5% no horizonte de projeção, ainda abaixo dos 3,1% registados antes da crise pandémica.*

Espera-se uma diminuição do rácio da **dívida pública** de 20 pontos percentuais, para 92,5%, beneficiando dos excedentes primários e do crescimento nominal da economia. Um excedente primário idêntico ao de 2019 permitiria sustentar a trajetória de redução do rácio da dívida para além do horizonte de projeção.”

As **projeções orçamentais** da tabela acima são analisadas na secção 9.2 (contas públicas).

Projeções para a economia mundial e principais mercados

Quadro 2.2.2: Previsões de crescimento económico – mundo e mercados (tvar, %)									
	CE, mai-23			OCDE, jun-23			BM, jun-23		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Mundo	3,3	2,8	3,1	3,3	2,7	2,9	3,1	2,1	2,4
Ec. Avançadas	2,6	1,3	1,6				2,6	0,7	1,2
EUA	2,1	1,4	1,0	2,1	1,6	1,0	2,1	1,1	0,8
Japão	1,0	1,1	1,0	1,0	1,3	1,1	1,0	0,8	0,7
UE	3,5	1,0	1,7						
Área Euro	3,5	1,1	1,6	3,5	0,9	1,5	3,5	0,4	1,3
Alemanha	1,8	0,2	1,4	1,9	0,0	1,3			
França	2,6	0,7	1,4	2,5	0,8	1,3			
Itália	3,7	1,2	1,1	3,8	1,2	1,0			
Espanha	5,5	1,9	2,0	5,5	2,1	1,9			
R. Unido	4,1	-0,2	1,0	4,1	0,3	1,0			
Ec. em desenvolvimento	3,9	4,1	4,2				3,7	4,0	3,9
Angola							3,5	2,6	3,3
Moçambique							4,1	5,0	8,3
Brasil	2,9	1,0	1,3	3,0	1,7	1,2	2,9	1,2	1,4
Rússia	-2,1	-0,9	1,3				-2,1	-0,2	1,2
Índia	6,7	5,6	6,6	7,2	6,0	7,0	7,2	6,3	6,4
China	3,0	5,5	4,7	3,0	5,4	5,1	3,0	5,6	4,6

Em junho, o **Banco Mundial** reviu as previsões de crescimento do **PIB mundial** para 2,1% em **2023** e 2,4% em **2024** (que compara com 1,7% e 2,7% nas anteriores projeções intercalares de janeiro). Estes números do Banco Mundial são ligeiramente menos otimistas do que os apresentados em maio pela **Comissão Europeia** (2,8% em 2023 e 3,1% em 2024) e em junho pela OCDE (2,7% em 2023 e 2,9% em 2024).

Num **cenário mais favorável do que no primeiro trimestre**, mas ainda num clima de enormes incertezas, o Banco Mundial projeta um abrandamento acentuado nas economias avançadas, de 2,6% para 0,7%, com realce para a evolução nos **EUA** (de 2,1% para 1,1%) e, sobretudo, na **área euro** (de 3,5% para 0,4%).

Para as **economias em desenvolvimento**, realce para a retoma de um maior dinamismo na **China**, com o crescimento real do PIB a passar de 3,0% em 2022 para 5,6% em 2023 e 4,6% em 2024. Também a **Índia**, segundo as mesmas projeções, apresentará valores de crescimento

económicos significativos, 6,3% em 2023 e 6,4% em 2024. A Rússia, sob o impacto da invasão da Ucrânia e das sanções económicas do Ocidente continuará com sérios problemas de crescimento económico: -0,2% em 2023 e 1,2% em 2024.

No que se refere à **inflação**, a OCDE aponta para uma melhoria, de 8,4% (em 2022) para 5,8% (em 2023) e 3,2% (em 2024).

2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas

No **1º semestre** de 2023, a **criação líquida de empresas** aumentou 10,6% em termos homólogos (para 27,385 mil), devido a uma subida dos **nascimentos** (6,3%) e a uma redução dos **encerramentos** (-7,3%), o que levou a um incremento do **rácio de nascimentos por encerramento** (para 4,8, face a 4,2 no semestre homólogo).

Contudo, o número de empresas com **processos de insolvência** subiu 13,8% (para 962).

Ao nível dos dados por **setor**, de realçar, nos dados do 1º semestre de 2023:

- Nos **nascimentos**, as subidas homólogas de 81,1% nos Transportes, de 21,3% nas Energias e ambiente, de 12,4% no Alojamento e restauração e de 6,2% nos Serviços gerais. Apenas seis setores registaram descidas, as maiores das quais nas Atividades imobiliárias (-8,7%), Tecnologias da informação e comunicação (-8,1%) e Indústrias (-7,3%).

- Nos **encerramentos**, as quedas homólogas de 15,6% nos Grossistas, de 12,7% nos serviços empresariais e ainda de 12,7% na Construção. Por outro lado, registaram-se aumentos nas Atividades Imobiliárias (12,1%), TIC (2,7%) e Transportes (2,3%).

- No número de **processos de insolvência**, os aumentos de 61,8% na Construção, de 48,1% nas Atividades Imobiliárias, de 36,7% nos Serviços empresariais e de 32,8% nos Serviços gerais. Ocorreram ainda quebras na agricultura (-37,0%), nas Energias e ambiente (-33,3%), TIC (-15,8%) e Transportes (-13,6%).

Quadro 2.3.1: Criação líquida de empresas e insolvências

	1S 22	1S 23	Var. homóloga	
			%	Nº
Nascimentos de empresas (A)	25 760	27 385	6,3	1 625
Encerramentos de empresas (B)	6 159	5 709	-7,3	-450
Criação líquida de empresas=A-B	19 601	21 676	10,6	2 075
Rácio nascimentos/encerramentos=A/B	4,2	4,8		
Número de empresas com processos de insolvência (C)	845	962	13,8	117

Fonte: Barómetro Informa D&B. Tvh= Taxa de variação homóloga. Notas: A(B) - entidades constituídas no período considerado, com publicação de constituição (encerramento: não são consideradas extinções com origem em procedimentos administrativos de dissolução) no portal de atos societários do Ministério da Justiça; C - Entidades com processos de insolvência iniciados no período considerado, com publicação no portal Citius do Ministério a Justiça.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO

3.1 Comércio internacional

Nesta secção são apresentadas as principais tendências das exportações e importações de bens e de serviços, incluindo o cálculo e análise de quotas de mercado das exportações.

3.1.1 Comércio internacional de bens

Saldo da balança de bens

Quadro 3.1.1.1: Saldo da balança de bens						
	2022	Var. homóloga		Jan-Mai 23	Var. homóloga	
	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)
Total						
Exportações (FOB)	78 207	14 589	22,9	33 489	1 651	5,2
Importações (CIF)	109 243	26 098	31,4	44 753	1 281	2,9
Saldo	-31 036	-11 509	58,9	-11 264	370	-3,2
Taxa de Cobertura (%)	71,6			74,8		
Intra-UE (27)						
Exportações (FOB)	55 078	9 538	20,9	23 702	962	4,2
Importações (CIF)	75 875	14 577	23,8	33 289	2 864	9,4
Saldo	-20 797	-5 039	32,0	-9 587	-1 902	24,7
Taxa de Cobertura	72,6			71,2		
Extra-UE						
Exportações (FOB)	23 130	5 051	27,9	9 787	689	7,6
Importações (CIF)	33 369	11 521	52,7	11 465	-1 583	-12,1
Saldo	-10 239	-6 470	171,7	-1 678	2 272	-57,5
Taxa de Cobertura	69,3			85,4		
Total sem combustíveis						
Exportações (FOB)	71 610	11 663	19,5	31 271	2 080	7,1
Importações (CIF)	91 037	17 405	23,6	39 483	3 162	8,7
Saldo	-19 427	-5 742	42,0	-8 212	-1 082	15,2
Taxa de Cobertura	78,7			79,2		

Fonte: INE. Tvhn = taxa de variação homóloga nominal. M€= Milhões de euros. Ótica do comércio internacional; CIF (*Cost, Insurance and Freight*) significa a inclusão dos custos inerentes ao transporte e seguros das mercadorias e FOB (*Free on Board*) a exclusão desses custos.

No período de janeiro a maio de 2023, a dinâmica comercial com o exterior evoluiu positivamente (embora em abrandamento), tendo as exportações de bens registado uma subida homóloga superior às importações de bens (5,2% vs 2,9%, respetivamente). Nos mercados **Intra-UE** registou-se uma intensificação das relações comerciais, tanto nas exportações de bens como nas importações, por outro lado nos mercados **Extra-UE** as importações de bens registaram uma queda de 12,1% e as exportações aumentaram 7,6%.

Nos primeiros cinco meses de 2023, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi superior à registada no período homólogo do ano anterior (74,8% vs 73,3%, respetivamente), sendo esse aumento justificado pela melhoria das relações comerciais com países **Extra-UE** (85,4% vs 69,8%), mais que compensando a deterioração deste indicador nas relações comerciais **Intra-UE** (71,2% vs 74,9%).

Exportações de bens

Quadro 3.1.1.2: Exportações de bens nos 20 principais mercados de 2022						
	2022			Jan-Mai 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	20 360	19,7	5,3	8 539	2,7	0,7
França	9 674	16,0	2,1	4 477	10,3	1,3
Alemanha	8 510	21,4	2,4	3 654	5,5	0,6
Estados Unidos da América	5 076	43,1	2,4	2 099	-8,2	-0,6
Reino Unido (GB+Irl. Norte)	3 844	16,3	0,8	1 557	11,2	0,5
Itália	3 505	21,6	1,0	1 447	-3,6	-0,2
Países Baixos	3 149	26,6	1,0	1 243	-6,4	-0,3
Bélgica	1 864	16,8	0,4	906	21,6	0,5
Angola	1 424	49,6	0,7	595	15,6	0,3
Polónia	1 070	16,8	0,2	491	9,9	0,1
Suécia	993	31,3	0,4	460	8,2	0,1
Brasil	919	30,0	0,3	384	12,1	0,1
Turquia	891	43,7	0,4	435	21,6	0,2
Suíça	735	15,5	0,2	336	11,1	0,1
Marrocos	677	-22,0	-0,3	462	56,8	0,5
Irlanda	641	55,4	0,4	260	-13,6	-0,1
China	629	-7,9	-0,1	310	14,9	0,1
Chéquia	583	22,9	0,2	258	11,0	0,1
Roménia	564	28,4	0,2	267	11,9	0,1
Dinamarca	557	8,7	0,1	201	-17,3	-0,1
Subtotal	65 664	21,2	18,1	28 382	4,9	4,1
Total	78 207	22,9	22,9	33 489	5,2	5,2
Intra-UE	55 078	20,9	15,0	23 702	4,2	3,0
Extra-UE	23 130	27,9	7,9	9 787	7,6	2,2

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2022. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Considerando os 20 maiores mercados de destino de 2022, nos primeiros cinco meses de 2023 contribuíram de forma mais positiva para os resultados da evolução das **exportações de bens**, França (1,3%), Espanha (0,7%) e Alemanha (0,6%); em sentido oposto, EUA (-0,6%), Países Baixos (-0,3%) e Itália (-0,2%).

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, de janeiro a maio de 2023, os maiores contributos vieram de: “Máquinas e aparelhos” (2,8%), “Material de transporte” (2,6%) e “Alimentação, bebidas e tabaco” (0,7%). De forma oposta, destacaram-se de forma negativa os contributos de: “Combustíveis e óleos minerais (-1,3%)”, “Madeira, cortiça, pasta e papel” (-0,4%) e “Metais (-0,3%)”.

Quadro 3.1.1.3: Exportações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2022			Jan-Mai 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	10 903	19,7	2,8	5 011	21,5	2,8
Material de Transporte: S17 (86-89)	9 675	15,1	2,0	4 622	22,3	2,6
Metais: S15 (72-83)	6 796	19,8	1,8	2 915	-3,7	-0,3
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	6 597	79,7	4,6	2 218	-16,2	-1,3
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	6 104	28,9	2,1	2 346	-4,7	-0,4
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	5 675	24,0	1,7	2 318	3,2	0,2
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	5 655	15,9	1,2	2 407	2,5	0,2
Químicos: S6 (28-38)	5 198	32,4	2,0	2 297	-1,5	-0,1
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	4 400	12,6	0,8	1 954	13,6	0,7
Vestuário: S11 (61-62)	3 537	13,1	0,6	1 468	-0,2	0,0
Outros	2 953	22,7	0,9	1 333	12,1	0,0
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 567	12,3	0,4	1 068	-6,8	-0,2
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	2 308	19,4	0,6	1 043	8,3	0,3
Mobiliário: S20 (94)	2 179	13,3	0,4	1 021	16,3	0,5
Calçado: S12 (64-67)	2 170	20,5	0,6	862	0,3	0,0
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	1 074	13,9	0,2	425	-10,9	-0,2
Peles e couros S8 (41-43)	416	31,2	0,2	181	7,7	0,0
Total	78 207	22,9	22,9	33 489	5,2	5,2
Total sem combustíveis	71 610	19,5	18,3	31 271	7,1	6,5

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Importações de bens

Nos primeiros cinco meses de 2023, considerando os 20 maiores mercados de origem de 2022, contribuíram de forma mais positiva para a evolução das **importações de bens** Espanha (2%), Irlanda (1,5%) e França (1,0%); em sentido oposto, deram um contributo negativo EUA (-1,1%), Nigéria (-0,9%), Azerbaijão (-0,8%) e Trindade e Tobago (-0,7%).

Quadro 3.1.1.4: Importações de bens nos 20 principais mercados de 2022

	2022			Jan-Mai 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	35 058	28,4	9,3	14 943	6,3	2,0
Alemanha	12 185	18,0	2,2	5 139	4,0	0,5
França	6 659	19,4	1,3	3 030	16,0	1,0
China	5 543	40,5	1,9	2 053	1,5	0,1
Países Baixos	5 388	21,5	1,1	2 346	8,5	0,4
Itália	5 111	19,4	1,0	2 199	5,9	0,3
Brasil	4 569	79,3	2,4	1 714	-0,8	0,0
Estados Unidos da América	3 504	75,0	1,8	1 088	-30,1	-1,1
Bélgica	3 395	31,4	1,0	1 327	-2,9	-0,1
Nigéria	1 940	36,5	0,6	465	-45,8	-0,9
Polónia	1 801	19,2	0,3	941	33,6	0,5
Turquia	1 452	23,4	0,3	513	-19,2	-0,3
Índia	1 188	31,1	0,3	460	-13,1	-0,2
Reino Unido (GB+Irl. Norte)	1 169	17,7	0,2	531	16,5	0,2
Argélia	1 066	291,7	1,0	282	-9,1	-0,1
Suécia	999	18,7	0,2	437	14,3	0,1
Coreia (República da)	919	71,8	0,5	325	6,6	0,0
Irlanda	858	7,0	0,1	936	250,1	1,5
Azerbaijão	817	53,4	0,3	138	-71,9	-0,8
Trindade e Tobago	770	1099,4	0,8	13	-95,6	-0,7
Subtotal	94 390	31,0	26,9	38 879	3,0	2,6
Total	109 243	31,4	31,4	44 753	2,9	2,9
Intra-UE	75 875	23,8	17,5	33 289	9,4	6,6
Extra-UE	33 369	52,7	13,9	11 465	-12,1	-3,6

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2022. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, os maiores contributos vieram de: "Material de transporte" (3%), "Máquinas e aparelhos" (1,5%) e "Químicos" (1,3%); de forma contrária contribuíram os "Combustíveis e óleos minerais" (-4,3%).

Quadro 3.1.1.5: Importações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2022			Jan-Mai 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	18 498	19,6	3,6	7 782	9,3	1,5
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	18 207	91,4	10,5	5 271	-26,3	-4,3
Químicos: S6 (28-38)	12 093	18,5	2,3	5 515	11,7	1,3
Material de Transporte: S17 (86-89)	11 182	29,9	3,1	5 629	29,6	3,0
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	10 928	29,1	3,0	4 694	11,2	1,1
Metais: S15 (72-83)	9 443	23,2	2,1	3 852	-6,1	-0,6
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	6 534	19,0	1,3	2 607	-9,0	-0,6
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	4 588	25,2	1,1	2 082	22,3	0,9
Outros	3 661	18,8	0,7	1 551	11,5	0,0
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	3 532	33,9	1,1	1 439	1,5	0,0
Vestuário: S11 (61-62)	2 789	36,0	0,9	1 154	16,9	0,4
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 632	16,6	0,5	1 004	-16,1	-0,4
Mobiliário: S20 (94)	1 513	15,4	0,2	647	8,1	0,1
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	1 326	26,8	0,3	579	10,2	0,1
Calçado: S12 (64-67)	1 099	37,6	0,4	446	5,3	0,1
Peles e couros S8 (41-43)	925	45,2	0,3	379	2,2	0,0
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	295	20,8	0,1	123	2,5	0,0
Total	109 243	31,4	31,4	44 753	2,9	2,9
Total sem combustíveis	91 037	23,6	20,9	39 483	8,7	7,3

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

3.1.2 Comércio internacional de serviços

O excedente da **balança de serviços** aumentou 47,0% no primeiro quadrimestre de 2023 (para 7,1 mil milhões de euros), a refletir um aumento das **exportações** (29,4%) superior ao das **importações** (16,0%). Para a melhoria do saldo continuou a contribuir sobretudo a progressão das exportações de **Viagens e turismo** (38,6%), a rubrica com maior peso (cerca de 42% do total das exportações de serviços).

Quadro 3.1.2.1: Balança de serviços				
	Total de serviços	Dos quais:		
		Transf. rec. materiais; Manut. e reparação	Transportes	Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	14 497	375	3 304	6 087
2022	44 193	1 085	9 023	21 107

Jan-Abr 22	11 206	262	2 557	4 392
2021	27 535	874	5 737	10 064
- Tvhn (%)				
Jan-Abr 23	29,4	43,1	29,2	38,6
2022	60,5	24,1	57,3	109,7
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	7 408	339	1 950	1 434
2022	22 674	641	6 841	5 533

Jan-Abr 22	6 384	182	2 012	1 162
2021	17 035	487	4 469	3 574
- Tvhn (%)				
Jan-Abr 23	16,0	86,3	-3,1	23,5
2022	33,1	31,6	53,1	54,8
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	7 089	36	1 354	4 653
2022	21 519	444	2 182	15 574

Jan-Abr 22	4 822	80	545	3 230
2021	10 501	387	1 269	6 490
- Tvhn (%)				
Jan-Abr 23	47,0	-55,0	148,4	44,1
2022	104,9	14,7	72,0	140,0

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado.

3.1.3 Balança de bens e serviços

Quadro 3.1.3.1: Balança de bens e serviços				
	Total de bens e serviços	Bens	Serviços (total)	Dos quais: Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	41 040	26 543	14 497	6 087
2022	122 459	78 266	44 193	21 107
Jan-Abr 22	35 582	24 376	11 206	4 392
2021	91 154	63 619	27 535	10 064
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-Abr 23	100,0	64,7	35,3	12,2
2022	100,0	63,9	36,1	17,2
Jan-Abr 22	100,0	68,5	31,5	9,8
2021	100,0	69,8	30,2	11,0
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	42 689	35 281	7 408	1 434
2022	131 965	109 291	22 674	5 533
Jan-Abr 22	39 978	33 594	6 384	1 162
2021	100 180	83 146	17 035	3 574
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-Abr 23	100,0	82,6	17,4	3,4
2022	100,0	82,8	17,2	4,2
Jan-Abr 22	100,0	84,0	16,0	2,9
2021	100,0	83,0	17,0	3,6
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-Abr 23	-1 649	-8 738	7 089	4 653
2022	-9 506	-31 025	21 519	15 574
Jan-Abr 22	-4 396	-9 218	4 822	3 230
2021	-9 027	-19 527	10 501	6 490

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado. Notas: (i) nos serviços, apenas foram inseridos o total e a componente Viagens e turismo – última coluna da tabela; (ii) balança de bens na ótica do comércio internacional (coincidindo com os valores da tabela 3.1.1.1, cuja fonte é o INE, nos mesmos períodos).

No 1º quadrimestre de 2023, a economia portuguesa registou um saldo negativo na **balança de bens e serviços** (-1,65 mil M€). Contudo o défice foi inferior ao registado no período homólogo do ano anterior.

Os serviços têm vindo a aumentar a sua importância na balança de bens e serviços (35,3% no 1º quadrimestre de 2023 vs 31,5% no 1º quadrimestre de 2022).

Ainda relativamente ao 1º quadrimestre de 2023, a rubrica de **“Viagens e turismo”** volta a destacar-se, aumentando o seu peso no total da balança de bens e serviços (12,2% vs 9,8% no 1º quadrimestre de 2022).

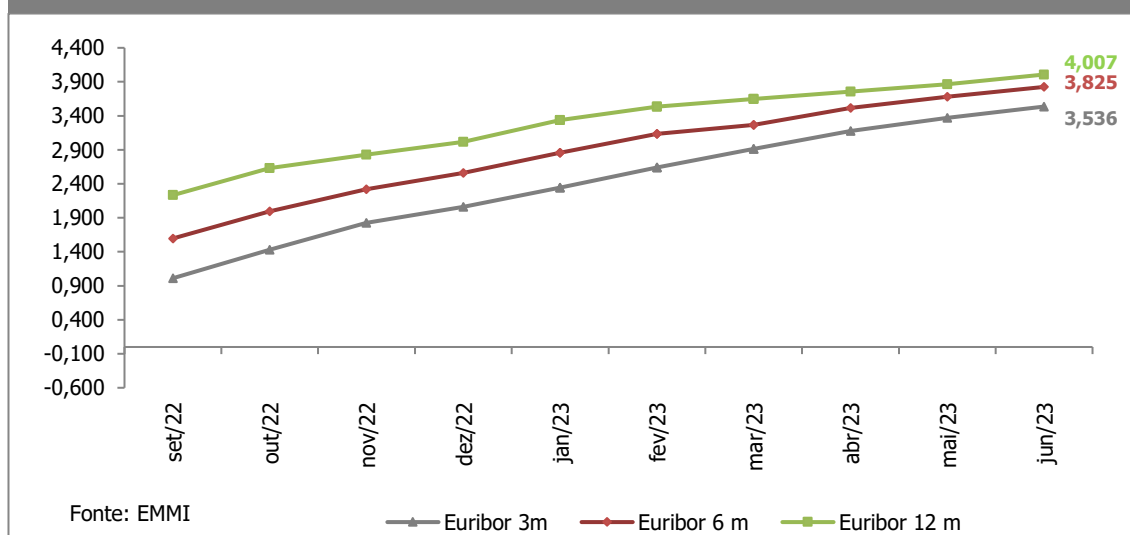
4. FINANCIAMENTO

4.1 Taxas de juro

Quadro 4.1.1: Taxas de juro								
	2021	2022	4T 22	1T 23	2T 23	Abr-23	Mai-23	Jun-23
Taxas de juro (%)								
Mercado monetário								
Taxa "Refi" do BCE (fim de período)	0,00	2,50	2,50	3,50	4,00	3,50	3,75	4,00
Taxas Euribor (valores médios)								
3 meses	-0,549	0,348	1,772	2,632	3,362	3,179	3,372	3,536
6 meses	-0,523	0,682	2,293	3,087	3,674	3,516	3,682	3,825
12 meses	-0,491	1,100	2,825	3,506	3,875	3,757	3,862	4,007
Dívida soberana: OT (valores médios)								
Yield PT, 10 anos (a)	0,30	2,17	3,13	3,22	3,15	3,20	3,16	3,09
Yield Área Euro, 10 anos	0,06	1,88	2,90	3,03	3,06	3,07	3,08	3,04
Yield Alemanha, 10 anos (b)	-0,37	1,14	2,12	2,31	2,36	2,36	2,34	2,38
Prémio de risco de PT = (a) –(b)	0,67	1,03	1,01	0,91	0,79	0,84	0,82	0,71
Crédito a empresas								
Novas operações até 1 M€ (exclui descobertos bancários)								
Taxa de juro média pond., PT	2,24	2,90	4,26	5,10		5,44	5,55	
Taxa de juro média pond., A. Euro	1,74	2,31	3,38	4,29		4,70	4,89	

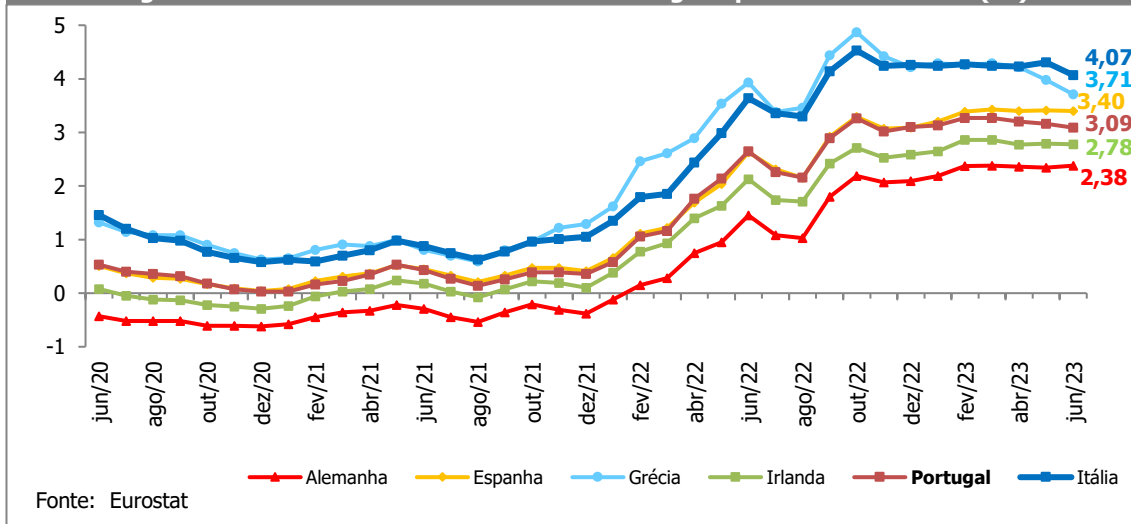
Fontes: EMMI (European Money Markets Institute), Bdp, BCE e Eurostat. OT = Obrigações do Tesouro; PT = Portugal; Taxa "Refi" do BCE = taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurossistema.

Figura 4.1.1: Taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses (valores médios mensais, %)



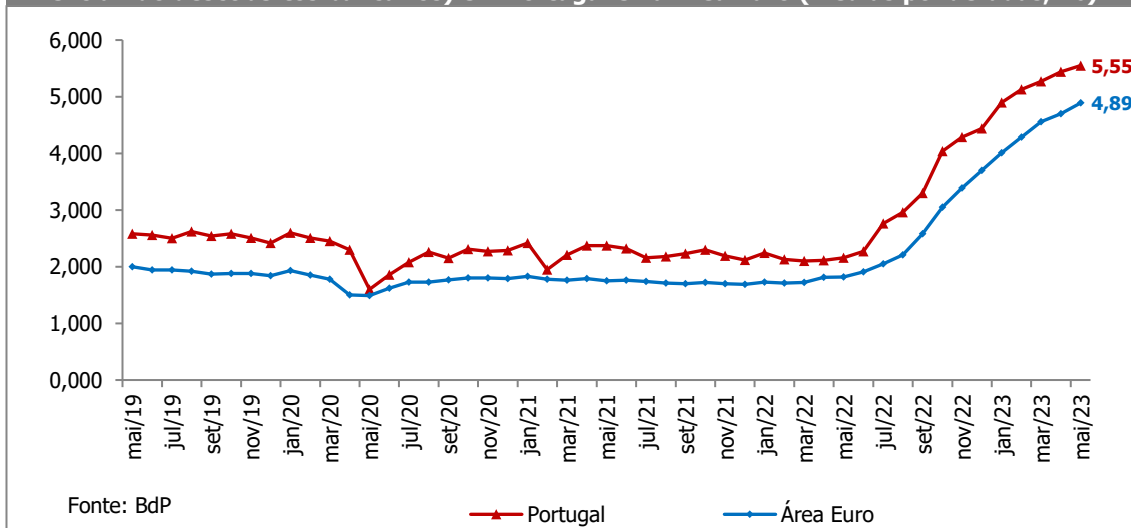
As **taxas Euribor** voltaram a subir de forma acentuada no **2º trimestre**, refletindo a subida muito rápida das taxas diretoras do **BCE** para baixar os níveis historicamente elevados de inflação na área euro em direção à meta de 2%.

Figura 4.1.2: Yields soberanas a 10 anos de alguns países da Área Euro (%)



No **mercado secundário de dívida pública**, os dados disponíveis mais recentes mostraram uma quebra no segundo trimestre, tendo a **yield portuguesa a 10 anos** atingido o pico em fevereiro e março de 2023 (3,27%) e acompanhando, depois, o movimento no resto da Europa, num contexto de maior otimismo comparativamente com o primeiro trimestre. No mês de junho de 2023, Portugal registou uma descida da **Yield a 10 anos** para 3,09%, ainda assim a 15ª maior de 26 países da União Europeia (dados não disponíveis para a Eslováquia). A evolução das yields vai depender da evolução da inflação e das medidas de política monetária decididas pelo BCE.

Figura 4.1.3: Taxas de juro de novos empréstimos às empresas não financeiras (até 1 M€, excluindo descobertos bancários) em Portugal e na Área Euro (médias ponderadas, %)



A **taxa de juro a sociedades não financeiras** sobre novas operações até 1 M€ de **Portugal** voltou a subir em abril e maio de 2023, atingindo valores de 5,4 % e 5,55%. Na área euro a mesma taxa de juro tem vindo a subir também, embora tome valores inferiores, 4,70% e 4,89%, em abril e maio, respetivamente.

4.2 Crédito

De acordo com informação revista do Banco de Portugal, o **stock de crédito total concedido ao setor não financeiro, exceto Administrações Públicas** (empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais) continuou em abrandamento em **abril** de 2023 (para uma taxa de variação anual, tva, de 1,2%, após 3,0% em dezembro de 2022 e 3,9% em setembro de 2022), com origem nos **particulares** (1,8%, 4,1% e 4,9%, respetivamente) – tanto no segmento da habitação como no do crédito ao consumo – e, em particular, nas **Sociedades não financeiras privadas** (0,8%, 2,1% e 3,2%, respetivamente), que continuaram a evidenciar um crescimento relativamente menor.

Quadro 4.2.1: Agregados de crédito, posição em final de período (Tva em %, salvo outra indicação)

	2021	2022	Set-22	Dez-22	Mar-23	Abr-23		Mai-23
						Tva	Mil M€	Tva
Crédito total ao setor não financeiro residente, exceto Ad. Públicas ^(a)	3,4	3,0	3,9	3,0	1,4	1,2	441,2 ^Δ	
- Particulares e emp. nome individual ^(b)	3,4	4,1	4,9	4,1	2,3	1,8	151,7 ^Δ	
- Habitação	4,1	3,3	4,3	3,3	1,5	0,9		
- Consumo e outros fins	1,4	5,6	6,1	5,6	3,3	3,1		
- Sociedades não financeiras	3,3	3,2	3,2	2,2	0,7	0,7		
- Privadas	3,4	2,1	3,2	2,1	0,7	0,8	289,4 ^Δ	
- Públicas fora do perímetro das AP	-0,4	5,8	0,5	5,8	0,9	-0,7	7,3 ^Δ	
Empréstimos das IFM	3,9	2,3	2,7	2,3	0,9	0,5 (0,5*)	343,2*	0,0 (0,0*)
- Particulares	3,7	3,0	3,7	3,0	1,7	1,3 (1,4*)	128,5*	0,9 (0,9*)
- Habitação	4,1	3,2	4,0	3,2	1,6	1,1 (3,1*)		0,6 (2,5*)
- Consumo	2,7	5,6	6,0	5,6	4,6	4,4 (4,3*)		4,5 (4,4*)
- Outros fins	1,5	-3,6	-2,4	-3,6	-3,9	-3,6 (-3,6*)		-3,6 (-3,6*)
- Sociedades não financeiras	4,5	0,1	0,9	0,1	-1,0	-1,6 (-1,6*)	88,6*	-2,3 (-2,3*)
- Microempresas*	7,7*	6,7*	6,8*	6,7*	5,9*	5,3*		4,2*
- Pequenas empresas*	4,2*	-2,4	-1,2*	-2,4*	-3,4*	-4*		-4*
- Médias empresas*	2,1*	-2,3	-1,4*	-2,3*	-3,1*	-3,5*		-4,1*
- Grandes empresas*	2,1*	0,7	-0,3*	0,7*	-5,4*	-6,3*		-7,4*
- Sociedades privadas exportadoras*	8,0*	-0,4*	1,5*	-0,4*	-3,3*	-5,0*		-5,7*
- Administrações públicas	2,1	-2,7	-2,4	-2,7	-2,0	-2,0 (-2,0*)	99,7* ^(c)	-1,5 (-1,5*)
- IFNM	-0,3	5,0	-6,4	5,0	10,2	10,6 (10,6*)	19,0*	8,8 (8,8*)

Fonte: BdP. Dados consolidados (i.e., excluem operações entre entidades do mesmo setor institucional), exceto os assinalados com ^Δ, e com ajustamento de operações de titularização e venda de carteiras, exceto os assinalados com *. Tva = Taxa de variação média anual; IFM = Instituições Financeiras monetárias (inclui o BdP e as Outras IFM, OIFM: bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola e fundos de mercado monetário); IFNM = Instituições financeiras não monetárias (incluem, nomeadamente, instituições financeiras de crédito (IFIC), sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC), sociedades de leasing e de factoring e sociedades de garantia mútua). ^(a) Endividamento do Setor não financeiro, excluindo as Administrações Públicas, sob a forma de empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais (com base nas estatísticas monetárias e financeiras, da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, nas contas financeiras, nas estatísticas das administrações públicas, nas estatísticas de títulos e em dados da central de balanços e da central de responsabilidades de crédito); ^(b) Neste caso, os Particulares incluem os empresários em nome individual, além das Famílias e das ISFLSF; ^(c) Administração Central.



Os dados mais recentes do crédito às empresas, relativos ao *stock* de **empréstimos das IFM** – Instituições Financeiras Monetárias (excluindo, assim, o crédito das Instituições Financeiras não Monetárias, IFNM) às **SNF**, mostraram uma quebra em março, que se acentuou em **abril e maio** (tva de -2,3%, após -1,6% e -1,0%, respetivamente; dados ajustados). Relativamente à dimensão das empresas, em maio de 2023 acentuaram-se as quedas nas médias (-4,1%; dados não ajustados) e nas **grandes** (-7,4%) e as pequenas empresas mantiveram a tva de abril (-4%). O crédito às **microempresas empres** continuou a aumentar, embora em abrandamento (4,2%).

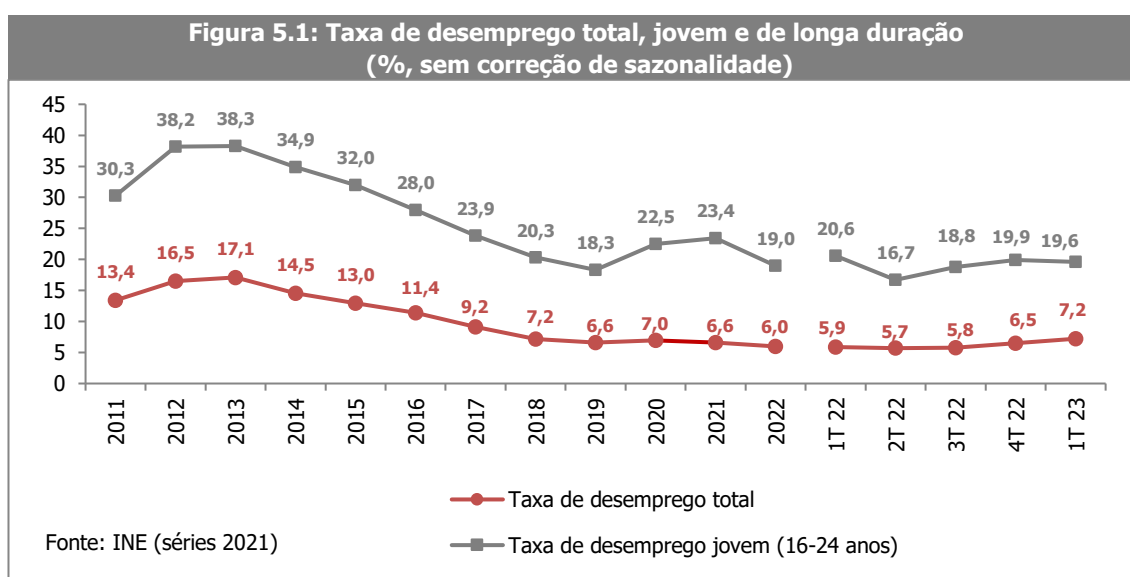
Realce ainda para a intensificação, em maio, da descida do *stock* de empréstimos das IFM às **Sociedades privadas exportadoras**, que é superior à registada no conjunto das SNF (-5,7% vs. -2,3%; dados não ajustados).

Nos **Particulares**, prosseguiu o abrandamento gradual do ***stock* de empréstimos** (tva de 0,9% em maio, após 1,3% e 1,7% em abril e março, respetivamente; dados ajustados).

5. MERCADO DE TRABALHO

Segundo o **INE**, a **taxa de desemprego** aumentou pelo terceiro trimestre consecutivo no **1º trimestre**, para 7,2% (após 6,5% no 4º trimestre, 5,8% no 3º trimestre e 5,7% no 2º trimestre, o mínimo da série), valor também acima do registado no trimestre homólogo (5,9%).

A **taxa de desemprego jovem** reduziu no 1º trimestre para 19,6% em termos homólogos (20,6% no 1º trimestre de 2022) e em cadeia (19,9% no 4º trimestre e 2022).



Destacam-se abaixo algumas **tendências da evolução homóloga do mercado de trabalho no 1º trimestre de 2023**.

O aumento homólogo (não influenciado por sazonalidade) da taxa de desemprego traduziu-se no aumento do número de **desempregados** (28,9% com formação até ao ensino básico, 32,5% com ensino secundário e com menor relevância, 2,7% com ensino superior). Também o número de empregados registou um crescimento homólogo, de cerca de 0,5% (3,1% com formação até ao ensino básico, 4,1% com ensino secundário e, em sentido oposto, um decréscimo de 6,1% com ensino superior). O aumento da população ativa em termos homólogos (1,8%) e em cadeia (1,1%), justifica o aumento simultâneo do **emprego** e do **desemprego**.

O aumento homólogo do emprego teve origem no **setor primário e secundário**, que compensou a perda de emprego nos trabalhadores com ensino superior. O aumento dos **ativos** teve como contrapartida uma redução homóloga de -1,2% da **população inativa**.

Quadro 5.1: Inquérito trimestral ao emprego do INE

	1T 22	4T 22	1T 23	Tvh (%)	Tvc (%)
População ativa (10³ indivíduos)	5 209,3	5 245,6	5 305,0	1,8	1,1
Taxa de atividade (%)	59,9	60,3	60,8		
População empregada (10³)	4 900,9	4 902,9	4 924,7	0,5	0,4
- Por nível de qualificação					
Ensino básico: até 3º ciclo	1 709,0	1 759,2	1 774,2	3,1	3,2
Ensino secundário ou pós-secundário	1 486,1	1 525,9	1 549,3	4,3	1,5
Ensino superior	1 705,8	1 617,8	1 601,2	- 6,1	- 1,0
- Por setor					
Sector Primário	124,8	131,3	141,2	13,2	7,6
Sector Secundário	1 196,4	1 230,3	1 234,3	3,2	0,3
Sector Terciário	3 579,7	3 541,3	3 549,2	-0,9	0,2
- Trab. por conta de outrem (10³)	4 147,5	4 182,5	4 189,4	1,0	0,2
Com contrato de trabalho sem termo	3 481,3	3 462,1	3 472,7	-0,2	0,3
Com contrato de trabalho com termo	553,7	604,9	596,6	7,7	1,4
Outro tipo de contrato	112,5	115,5	120,1	6,7	4,0
- Trabalhadores por conta própria (10³)	721,9	691,0	707,5	- 2,0	2,4
População desempregada (10³)	308,4	342,7	380,3	23,3	11,0
Ensino básico: até 3º ciclo	116,8	139,9	150,5	28,9	7,5
Ensino secundário ou pós-secundário	110,3	124,5	146,2	32,5	17,4
Ensino superior	81,4	78,2	83,6	2,7	6,9
Taxa de desemprego (%)	5,9	6,5	7,2		
Homens	5,4	6,1	6,9		
Mulheres	6,5	7,0	7,5		
Jovens (15-24 anos)	20,6	19,9	19,6		
Longa duração (12 ou mais meses)	2,7	2,7	2,6		
Regiões					
Norte	5,4	6,8	7,6	2,2	0,8
Centro	5,4	5,3	5,6	0,2	0,3
A. M. Lisboa	6,8	7,6	8,0	1,2	0,4
Alentejo	5,1	5,5	7,2	2,1	1,7
Algarve	7,0	6,3	7,2	0,2	0,9
R. A. Açores	6,6	5,5	6,2	-0,4	0,7
R. A. Madeira	7,5	6,9	6,5	-1,0	-0,4
População inativa (10³)	5 057,9	5 026,2	4 996,5	- 1,2	- 0,6
Taxa de inatividade (%)	40,8	40,5	40,0		

Fonte: INE. Tvh(c)= taxa de variação homóloga (em cadeia); n.d. = não disponível. Nova série iniciada em 2021.

No **1º trimestre**, por NUTS II, a **taxa de desemprego** situou-se entre um **mínimo** de 5,6% no **Centro** e um **máximo** de 8,0% na **A.M. de Lisboa**. As regiões do continente registaram todas subidas homólogas da taxa de desemprego, com os maiores aumentos a verificarem-se no Norte (+2,2 p.p.) e no **Alentejo** (2,1 p.p.); por outro lado as Regiões Autónomas assinalaram descidas homólogas (-1 p.p. e -0,4p.p., na **R.A. Madeira** e **R.A. Açores**, respetivamente).

Quanto a **informação mais recente**, destacam-se, nas [Estimativas Mensais do Mercado de Trabalho do INE relativas a Maio](#) (divulgadas no final de junho), **os seguintes resultados provisórios**:

- "A **população ativa** (5 270,4 mil) diminuiu em relação ao mês anterior (correspondendo a uma variação relativa quase nula) e 0,1% por comparação com fevereiro de 2023, tendo aumentado 1,7% relativamente a maio de 2022.
- A **população empregada** (4 931,8 mil) registou uma variação relativa positiva em relação ao mês anterior (0,1%), relativamente a três meses antes (0,3%) e a um ano antes (1,3%).
- A **população desempregada** (338,6 mil) diminuiu em relação ao mês anterior (1,7%) e a três meses antes (6,4%), tendo aumentado relativamente ao mês homólogo (8,5%).
- A **taxa de desemprego** situou-se em 6,4%, valor inferior ao de abril e ao de fevereiro de 2023 (0,1 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente), mas superior ao de maio de 2022 (0,4 p.p.).
- A **população inativa** (2 416,8 mil) registou acréscimos em relação ao mês anterior e a três meses antes (0,1% e 0,2%, respetivamente) e um decréscimo por comparação com o período homólogo (2,5%).
- A **taxa de subutilização do trabalho** situou-se em 11,9%, o mesmo valor que o do mês anterior, inferior em 0,2 p.p. ao de três meses antes e superior em 0,4 p.p. ao do mesmo mês de 2022."

6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

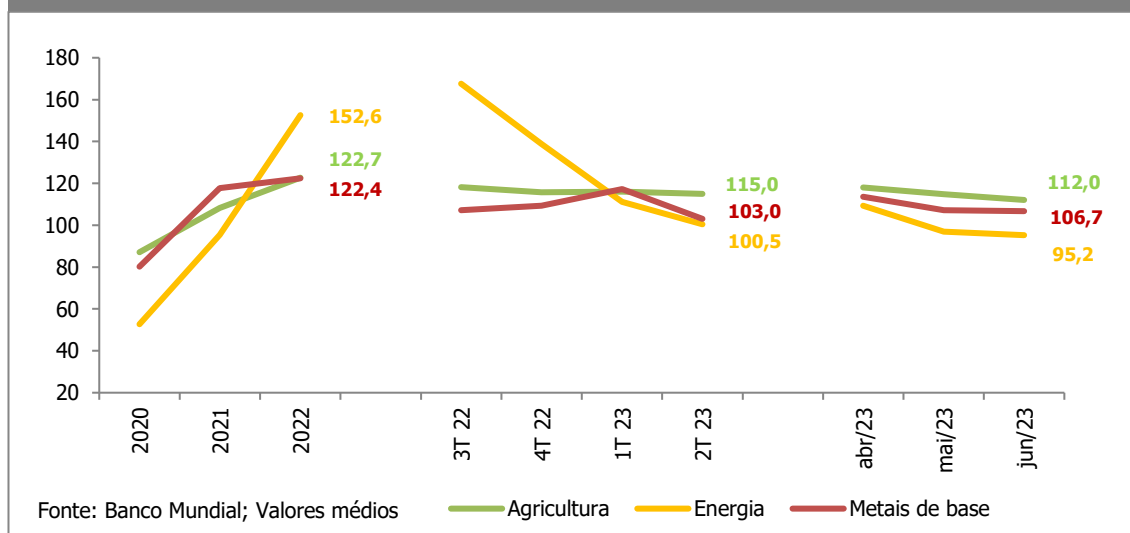
Segundo dados do Banco Mundial, no **2º trimestre** assistiu-se a uma queda nos principais **índices de preços das matérias-primas**.

O **índice da energia** corrigiu em baixa pelo terceiro trimestre consecutivo (variação em cadeia de -9,6%), com descidas de 28,3% no índice de **gás natural** (-32,7% no índice da **Europa**), 26,1% no **carvão** (África do Sul) e 3,9% no barril de **brent** (que se situou em 78,2 dólares no 2º trimestre e em 74,9 dólares em junho), a refletir a adaptação dos mercados europeu e global de energia após as perturbações provocadas pela guerra na Ucrânia e pelas sanções ocidentais à energia da Rússia.

No mesmo sentido, o **índice de metais de base** desceu 12,2% em cadeia no trimestre – com realce para a descida de 19,0% no **zinco** –, enquanto no **índice da agricultura** a descida foi pouco significativa (0,9%).

Já em **junho**, a **OPEP e os seus aliados** (onde se inclui a **Rússia**) anunciaram a manutenção, até finais de 2024, do corte na produção de petróleo promovido em outubro de 2022 (2 milhões de barris por dias), assim como o corte de abril de 2023 (1,6 milhões de barris por dia). Estes cortes têm como objetivo colocar o preço do crude em valores superiores a 80 dólares por barril.

Figura 6.1: Índices de matérias-primas: Agricultura, Energia e Metais de base (2010=100)



7. CUSTOS DA ENERGIA

7.1 Eletricidade

No 2º semestre de 2022, e ainda a refletir os efeitos da **guerra** na Ucrânia, **os preços médios da eletricidade sem IVA e outros impostos dedutíveis** pagos pela **indústria nacional** registaram aumentos **homólogos** na maioria dos escalões de consumo – exceto no primeiro escalão, onde as medidas de mitigação da subida de custos de produção (ao nível do gás natural, via mecanismo ibérico) do Governo tiveram maior efeito –, atingindo crescimentos de dois dígitos no 3º, 4º e 7º escalão.

Quadro 7.1.1: Preços sem IVA (e outros imp. ded.) da eletricidade na indústria (€/KWh)

	Portugal			UE (27)		
	2S 21	1S 22	2S 22	2S 22 #UE 27 (sem imp., taxas)	1S 22	2S 22
Bandas de consumo						
IA: Consumo < 20 MWh	0,2046	0,1882	0,1905	24º em 27 (19º)	0,2600	0,2950
Tvh (%)	6,3	-3,3	-6,9		22,5	35,0
IB: [20; 500 MWh [0,1518	0,1415	0,1599	24º em 27 (21º)	0,2035	0,2333
Tvh (%)	7,7	1,1	5,3		27,9	40,5
IC: [500; 2 000 MWh [0,1186	0,1202	0,1359	25º em 27 (19º)	0,1833	0,2104
Tvh (%)	6,5	12,8	14,6		39,5	45,6
ID: [2 000; 20 000 MWh [0,1193	0,1326	0,1355	23º em 27 (19º)	0,1751	0,2028
Tvh (%)	18,1	36,3	13,6		55,9	54,0
IE: [20 000Wh; 70 000 MWh [0,1255	0,1533	0,1349	22º em 27 (21º)	0,1652	0,1952
Tvh (%)	49,6	72,6	7,5		71,7	67,4
IF: [70 000; 150 000 MWh]	0,1235	0,1515	0,1251	22º em 25 (19º)	0,1660	0,1998
Tvh (%)	68,3	90,3	1,3		91,0	72,4
IG: Consumo > 150 000 MWh	0,1477	0,1874	0,1655	14º em 21 (13º)	0,1674	0,1972
Tvh (%)	106,9	124,2	12,1		132,2	73,6

Fonte: Eurostat. # UE 28 (sem imp., taxas) = *ranking* do preço de Portugal sem IVA e outros impostos dedutíveis (sem todos os impostos e taxas) na UE 28; Mwh= megawatts/hora; tvh= taxa de variação homóloga.

Apesar de tudo, na União Europeia, no mesmo período, os preços médios registaram aumentos superiores a 30% em todos os escalões, o que demonstra bem a eficiência das medidas para contornar os custos com a eletricidade.

No 7º escalão, as **empresas industriais** enfrentaram o 14º preço mais alto da UE (em 21 países com dados), uma melhoria em relação ao semestre anterior onde o custo da eletricidade neste escalão era o 6º mais elevado.

Excluindo a totalidade de impostos e taxas (para aferir os preços de mercado sem a influência global da fiscalidade), o posicionamento relativo dos preços da eletricidade nacional no

panorama europeu foi relativamente pior na maioria dos escalões (oscilando entre a 19ª e a 21ª posição), exceto no 7º escalão (13ª posição).

7.2 Gás natural

No 2º semestre de 2022, os preços médios nacionais do gás natural sem IVA e outros impostos dedutíveis pagos pela indústria evidenciaram **acréscimos históricos**, influenciados pela crise de gás na Europa decorrente da **guerra na Ucrânia**.

A alta de preços contagiou o **gás natural liquefeito**, do qual **Portugal** se abastece (via importações de várias proveniências geográficas), por não haver interligações com o resto da UE.

As fortes subidas homólogas do preço do gás natural à indústria superaram largamente as registadas na média da **União Europeia** na grande maioria dos escalões, com variações entre 25,6% no 4º escalão e 194,2% no 5º. Além disso, em todos os escalões os preços médios nacionais foram superiores aos preços médios da União Europeia. Embora, os preços médios nacionais entre o 1º e 4º escalão se tenham vindo a situar sensivelmente a meio da tabela (entre a 13ª e a 14ª posições), o 5º escalão ocupa a 8ª posição, bem representativo do alto preço médio nacional neste escalão quando comparado com o preço médio da União Europeia.

Quadro 7.2.1: Preços sem IVA (e outros imp. ded.) do gás natural na indústria (€/GJ)

	Portugal				UE (27)	
	2S 21	1S 22	2S 22	2S 22 #UE (sem imp. taxas)	1S 22	2S 22
Bandas de consumo						
I1: Consumo < 1 000 GJ	16,82	21,96	32,08	14º em 25 (14º)	21,68	27,10
Tvh (%)	1,2	42,4	90,7		63,9	56,5
I2: [1 000; 10 000 GJ [12,66	21,08	31,12	12º em 25 (13º)	19,45	24,00
Tvh (%)	19,0	102,3	145,8		75,0	68,4
I3: [10 000; 100 000 GJ [9,37	19,23	27,94	14º em 25 (14º)	18,12	22,54
Tvh (%)	39,1	182,1	198,2		116,1	95,1
I4: [100 000; 1 000 000 GJ [9,27	18,22	25,63	14º em 24 (14º)	18,07	22,93
Tvh (%)	67,3	223,7	176,4		167,3	97,7
I5: [1 000 000; 4 000 000 GJ]	10,47	19,12	30,80	8º em 17 (8º)	20,87	26,91
Tvh (%)	131,9	266,8	194,2		230,5	98,51
I6: Consumo > 4 000 000 GJ					23,13	27,94
Tvh (%)					266,5	95,5

Fonte: Eurostat. # UE (sem imp., taxas) = *ranking* do preço de Portugal sem IVA e outros impostos e taxas dedutíveis (sem todos os impostos e taxas) nos países com informação disponível da UE; GJ= gigajoules; tvh= taxa de variação homóloga. Nota: não há dados para Portugal (e vários outros países europeus) no escalão acima de 4 000 000 GJ.

Excluindo todos os impostos e taxas, não houve grandes diferenças de posicionamento dos preços nacionais no contexto da UE.

7.3 Combustíveis

Segundo dados revistos da DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia), no segundo trimestre registou-se uma descida dos **preços médios do gasóleo em Portugal**, influenciada pela correção dos **preços do petróleo** (e refinados) após o forte aumento no início da **guerra na Ucrânia**.

O **preço do gasóleo antes de impostos** caiu 23,0% no segundo trimestre de 2023 face ao período homólogo do ano anterior, aproveitando o governo para reverter a redução temporária do ISP (**peso da tributação** no 2º trimestre de 2023, 46,0% vs 41,6% no 1º trimestre de 2023).

Em **junho**, os dados revelam uma queda do preço do gasóleo, de 26,8% antes de impostos face ao mesmo mês do ano anterior.

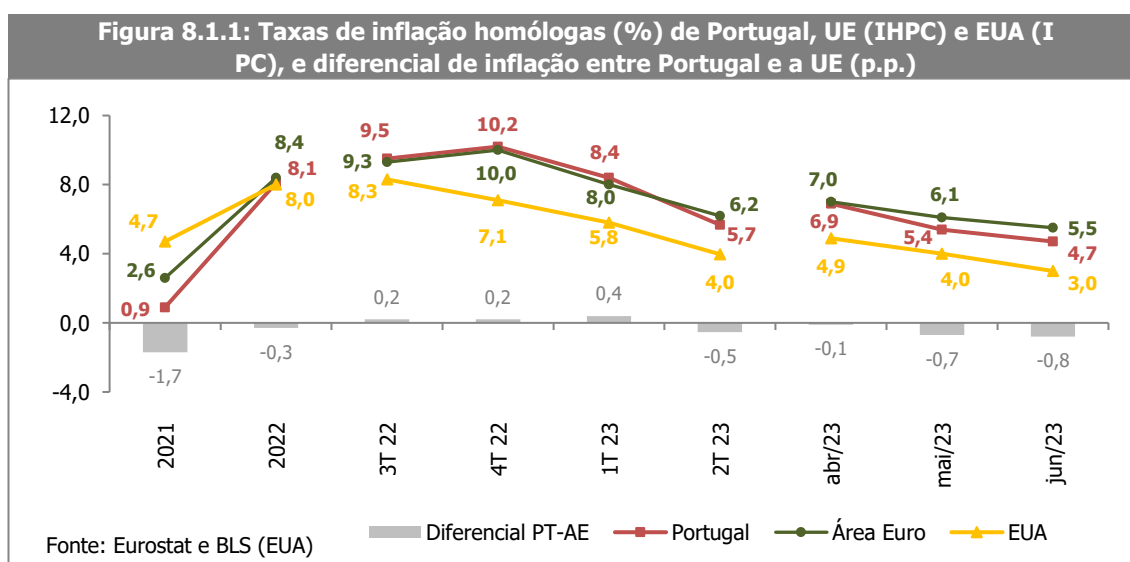
Quadro 7.3.1: Preço do gasóleo rodoviário em Portugal e na UE (€/litro)							
	2021	2022	3T 22	4T 22	1T 23	2T 23	Jun-23
Preço sem impostos*							
Portugal	0,664	1,083	1,154	1,105	0,918	0,790	0,781
Tvh (%)	37,8	63,0	72,6	51,0	4,1	-32,3	-40,1
Ranking na UE (27)	11º	16º					
UE (27)	0,658	1,098					
Tvh (%)	37,5	66,8					
Preço de venda final*							
Portugal	1,426	1,799	1,828	1,761	1,572	1,463	1,475
Tvh (%)	16,9	26,2	25,8	15,8	-7,3	-23,0	-26,8
Ranking na UE (27)	7º	13º					
UE (27)	1,358	1,832					
Tvh (%)	17,1	34,9					
Peso da tributação** (%)							
Portugal	53,4	39,8	36,9	37,2	41,6	46,0	47,1
Ranking na UE (27)	5º	13º					
UE (27)	51,5	40,1					

Fonte: DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia). Nota: a tributação inclui o IVA (dedutível) e o ISP, do qual estão isentas as instalações CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e as empresas abrangidas pelos ARCE (Acordos de Racionalização de Consumos Energéticos) – nº 2 do artº 89 do CIEC. * Preços do gasóleo simples nos dados trimestrais e mensais e preços do gasóleo nos dados anuais. ** Peso da tributação = diferencial entre o preço final do gasóleo e o preço antes de impostos em percentagem do preço final.

8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS

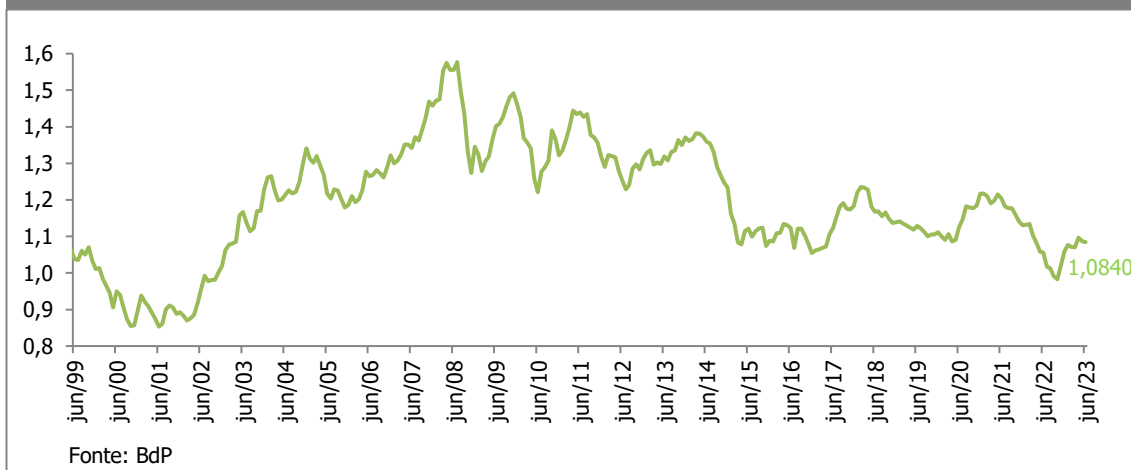
8.1 Inflação e câmbios

A **taxa de inflação** homóloga de **Portugal** (medida pelo IHPC) desceu no **2º trimestre** (de 8,4% para 5,7%; 4,7% em **junho**), mantendo a trajetória descendente que se registou no 1º trimestre e ficando já abaixo da **Área Euro**, onde a descida foi menor (de 8,0% para 6,2%; 5,5% em junho). Nos **EUA**, a trajetória de queda da inflação continua a ser mais acelerada (descida de 5,8% para 4,0% no 2º trimestre e 3,0% em junho, que constitui o valor mais baixo desde março de 2021), refletindo o aperto mais forte e iniciado há mais tempo da política monetária da Reserva Federal por comparação com o BCE.



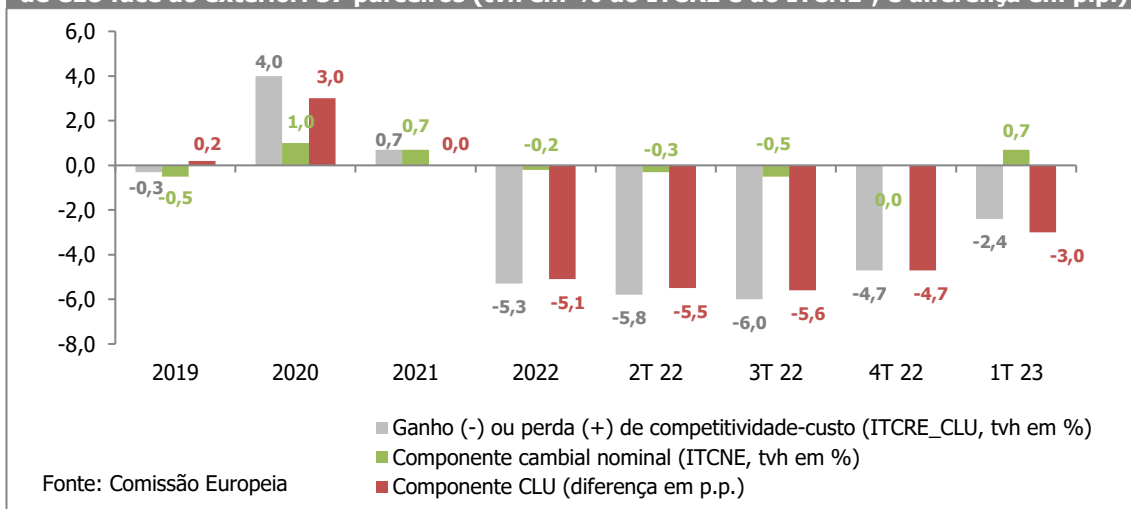
A cotação média do **euro face ao dólar** apreciou-se pelo terceiro trimestre seguido no **2º trimestre** de 2023 (variação em cadeia de 1,5%, após 5,1% e 1,3% nos dois trimestres anteriores), permitindo uma inversão da perda homóloga (de -4,4% para 2,2%). No mês de **junho**, o euro cotou-se a 1,0840 dólares em média mensal.

Figura 8.1.2: Taxa de câmbio euro/dólar (média mensal)



8.2 Competitividade pelos custos laborais

O **indicador de competitividade-custo** da economia nacional face aos 37 principais parceiros melhorou novamente no 1º trimestre de 2023 (tvh, de -2,4% no índice de taxa de câmbio real efetiva, ITCRE, após -4,7% no trimestre anterior), refletindo essencialmente a continua redução dos **custos unitários relativos** (-3,0%). De forma oposta, a apreciação nominal do euro (0,7%) neste 1º trimestre de 2023, após uma apreciação nula no trimestre anterior, atenuou a melhoria do **indicador de competitividade-custo**.

Figura 8.2.1: Evolução da competitividade-custo e das componentes cambial e de diferencial de CLU face ao exterior: 37 parceiros (tvh em % do ITCRE e do ITCNE¹, e diferença em p.p.)

¹ ITCRE é o índice de taxa de câmbio real efetiva, medido com o deflador dos custos laborais unitários, CLU, face a 37 parceiros comerciais. ITCNE é o índice de taxa de câmbio nominal efetiva, medido também face a 37 parceiros.

9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

9.1 Equilíbrio externo

A **balança corrente e de capital** registou um excedente de 704 M€ nos primeiros cinco meses de 2023, que compara com um défice de 3,661 mil M€ no período homólogo de 2022.

A forte melhoria do saldo externo traduziu o aumento do excedente da **balança de capital** (em 482 M€, para 988 M€) e sobretudo uma forte redução do défice da **balança corrente** (em 4,167 mil M€, para -283 M€), onde se destaca a acentuada subida do excedente da **balança de serviços** (em 2,741 mil M€, para 9,433 mil M€). O défice da **balança de bens** (que se reduziu em 521 M€, para -9 645 M€) continua a ser superior ao excedente da **balança de serviços**, embora a diferença tenha vindo a diminuir.

Quadro 9.1.1: Balanças corrente e de capital (M€)

	2021	2022	Var. hom.	Var. abs.	Jan-Mai 22	Jan-Mai 23	Var. hom.	Var. abs.
Balança Corrente	-1 636	-3 219	96,8%	-1 583	-4 167	-283	-93,2%	3 884
Bal. de bens e serviços	-5547	-4938	-11,0%	608	-3 474	-212	-93,9%	3 262
Bens	-16 047	-26 458	64,9%	-10 410	-10 166	-9 645	-5,1%	521
Serviços	10 501	21 519	104,9%	11 019	6 692	9 433	41,0%	2 741
Rendimentos primários	-1 744	-3 585	105,6%	-1 841	-2 751	-2 208	-19,7%	543
Rend. secundários	5 655	5 305	-6,2%	-350	2 057	2 136	3,8%	79
Balança de Capital	3 707	2 148	-42,1%	-1 559	506	988	95,3%	482
Bal. corrente e capital	2 071	-1 071	s.s.	-3 142	-3 661	704	s.s.	4 366

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; s.s.=sem significado. Nota: devido a diferenças de natureza metodológica, os saldos da balança de bens neste quadro, na ótica da Balança de Pagamentos, diferem dos do quadro 3.1.1.1, na ótica do comércio internacional (com origem sobretudo nas importações, que se encontram expressas em valores CIF nessa ótica e em valores FOB na ótica da Balança de Pagamentos).

9.2 Contas públicas

De acordo com o INE ([Estatísticas das Receitas Fiscais](#)), em 2022, “a **carga fiscal** aumentou 14,9% em termos nominais, atingindo 87,1 mil milhões de euros”, o que correspondeu ao máximo histórico de 36,4% do PIB.

“A receita com impostos diretos aumentou 24,1%, refletindo sobretudo a evolução da receita do IRS, que cresceu 12,8%. As contribuições sociais efetivas tiveram um crescimento de 10,2%, refletindo, nomeadamente, o crescimento do emprego remunerado, as atualizações salariais e a subida do salário mínimo. Quanto à receita do IRC, esta cresceu 59,6%, beneficiando do comportamento mais favorável da economia portuguesa em 2022.

Os impostos indiretos cresceram 12,2%, tendo a receita com o IVA subido 18,1%”.

Nas [Estatísticas das despesas Públicas](#), o INE conclui que “em 2022, o total da **despesa pública** atingiu 107,1 mil milhões de euros, o que correspondeu a 44,8% do PIB, menos 2,9 pontos percentuais (p.p.) que em 2021. O peso da despesa pública no PIB em Portugal foi inferior em 6 p.p. à média do conjunto de países da área do Euro. Comparativamente com 2021, a despesa pública aumentou 4,4% em termos nominais, refletindo o aumento do esforço orçamental associado às medidas de mitigação dos impactos do choque geopolítico e da inflação na economia portuguesa.”

Segundo as previsões do BdP, FMI, OCDE e Comissão Europeia, a dívida pública deve cair de forma considerável em percentagem do PIB em 2023 e 2024. O BdP aponta que em 2025, a **dívida pública** deve rondar os 92,5% do PIB, menos 21,4 p.p. do que em 2022. Este decréscimo será alavancado pelo crescimento real do PIB.

No que se refere aos **valores mais recentes das contas públicas**, nos dados mensais acumulados (da [DGO](#)), em **Contabilidade pública**, destaca-se o **excedente** de 3,7 mil M€ de **janeiro a maio de 2023** nas **administrações públicas**, que corresponde a uma melhoria de 4,1 mil M€ face ao saldo do período homólogo, que tinha sido negativo, em 324 M€. Esta melhoria do saldo das administrações públicas é fruto de um aumento superior das **receitas** (16,0%) em período homólogo face ao aumento das **despesas** (4,8%). Nas rubricas da **despesa pública**, ressaltou o decréscimo dos **subsídios** em 20,4%, o aumento das **despesas com pessoal** em 7,5% e um acréscimo no **investimento** em 4,0%. Já nas rubricas da **receita pública**, destaca-se a **receita fiscal** (+8,1%), com um crescimento da receita do **IVA** de 9,8% e do **IRS** de 16,7%; em sentido contrário a receita do **ISP** desceu 18,9%. A receita fiscal continua a ser impulsionada pela inflação.